

10/06/97

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS N. 75090-7 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE
PACIENTE: GASTON CABANIS OU GASTON CANABIS
IMPETRANTE: SERGIO RICARDO FERREIRA MARTINS E OUTRO
COATOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA: STF: competência originária inexistente: habeas corpus fundado em nulidade do processo e do julgamento pelo júri estadual, quando o Tribunal de Justiça, que desproveu a apelação da defesa, estava adstrito à questão de ser o veredicto contrário à prova dos autos, fundamento exclusivo da apelação.

1. É de vetusta jurisprudência do STF - digna de reafirmação contra esporádicas decisões em contrário - que lhe compete conhecer originariamente do **habeas corpus**, se o Tribunal inferior, em recurso da defesa, manteve a condenação do paciente, ainda que sem decidir explicitamente dos fundamentos da subsequente impetração da ordem; na apelação do réu, salvo limitação explícita quando da interposição, toda a causa se devolve ao conhecimento do Tribunal competente, que não está adstrito às razões aventadas pelo recorrente.

2. Mas, também se consolidou o entendimento de que, quando o Tribunal só tenha julgado recurso da acusação ou recurso parcial da defesa, a simples eventualidade, não cogitada, de conceder **habeas corpus** de ofício por motivo de coação alheia ao âmbito de devolução do apelo julgado não lhe faz imputável o constrangimento alegado em posterior petição de **habeas corpus** (v.g. HC 70.497, Plen., 25.8.93, Pertence; HC 69.374, 2ª T., 13.10.92, Brossard, RTJ 148/732; HC 70.510, 5.10.93, 1ª T., Moreira, RTJ 150/830; HC 70.566, 9.11.93, Pertence, RTJ 133/96; HC 71.805, 8.11.94, Moreira); símile da questão com a da competência reconhecida ao Tribunal que haja indeferido revisão ou **habeas corpus** para conhecer originariamente da impetração subsequente com fundamentação diversa.

3. Para esse efeito, entre os casos de apelação parcial da defesa, é de incluir o da interposta contra a decisão do Tribunal do Júri, de devolução adstrita, segundo a jurisprudência, ao fundamento legal invocado na interposição ou resultante das razões: sendo-lhe estranha a causa de pedir de **habeas corpus** posterior, a coação não pode ser imputada ao Tribunal que julgou a apelação limitada, cabendo-lhe, portanto, conhecer originariamente da impetração.

01876020
03490750
00901000
00000150

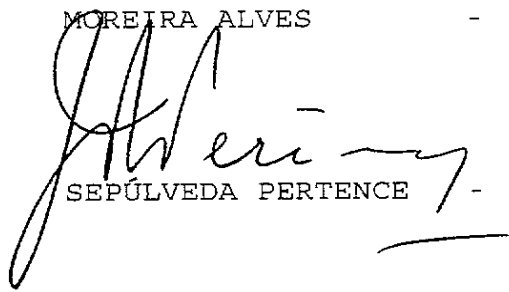
A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em não conhecer do pedido de **habeas corpus** e determinar a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Brasília, 10 de junho de 1997.

MOREIRA ALVES

- PRESIDENTE


SEPÚLVEDA PERTENCE

- RELATOR

10/06/97

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS N. 75090-7 RIO DE JANEIRO

PACIENTE: GASTON CABANIS OU GASTON CANABIS
IMPETRANTE: SERGIO RICARDO FERREIRA MARTINS E OUTRO
COATOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE: HC em favor de nacional alemão condenado pelo Tribunal do Júri da cidade do Rio de Janeiro por homicídio qualificado que ali teria cometido contra compatriota seu, e visando a embolsar na Alemanha, em conluio com terceiro, o valor do seguro de vida da vítima.

O veredicto foi mantido pelo Tribunal de Justiça, negando provimento a apelação da defesa, fundada no art. 593, III, d, C. Pr. Penal, isto é, na alegação de ser a decisão do júri manifestamente contrariou à prova dos autos.

O parecer do Ministério Público, da lavra do il. Subprocurador-Geral Edson de Almeida, relata com precisão e analisa o caso, nos termos seguintes (f. 139):

"Os impetrantes pretendem desconstituir a decisão do II Tribunal do Júri do Rio de Janeiro que condenou Gaston Cabanis, de cidadania alemã, a dezenove anos de reclusão por infringência ao art. 121, § 2º, incisos I, III, IV e V, do Código Penal. Alegam, em síntese, falta de atribuição da polícia estadual para o inquérito policial, incompetência da Justiça estadual e vício na fixação da pena.

É esta a denúncia apresentada contra o paciente e seu comparsa (fls. 18/19):

"No dia 19 de fevereiro de 1991, por volta das 05,00 horas, na Praia de São Conrado, nas imediações do Hotel Nacional, nesta cidade, e denunciado Gaston Cabanis, com dolo de matar, provocou a submersão de Ludwig Auer,



01876020
03490750
00902000
00000290

produzindo-lhe as lesões corporais descritas no laudo de necrópsia de fls. 46, as quais, por sua natureza e sede foram a causa eficiente da morte da vítima.

O denunciado Konrad Roth, também com propósito homicida, concorreu para o crime na medida em que planejou, organizou e pré-ajustou a sua execução em unidade de desígnios com o primeiro denunciado, a que, encaminhou a vítima - então seu empregado - promovendo a sua viagem da Alemanha a esta cidade, a fim de que aqui fosse eliminada.

Torpe a motivação de crime, vez que os denunciados pretendiam auferir vantagens pecuniárias decorrentes de contratos previamente firmados na Alemanha e que tinham por objeto segurar a vida da infeliz vítima.

O crime foi praticado mediante cruel asfixia por afogamento, além de terem sido empregados recursos que impossibilitaram a defesa da vítima que, desavisada e confiante, foi atraída da Alemanha a esta cidade com falsas demonstrações de amizade por parte dos denunciados, que promoveram sua viagem sob enganoso pretexto turístico, dissimulando suas intenções homicidas de forma a facilitar o súbito e pérfido ataque perpetrado.

O homicídio foi cometido, ademais, para assegurar a execução de crimes de estelionato contra a empresa ou empresas seguradoras alemãs, que seriam induzidas ao erro de crer na forjada accidentalidade da morte da vítima, pagando os seguros contratados.

Estão, assim, os denunciados incursos nas penas do art. 121, § 2º, incisos I, III, IV e V o primeiro denunciado, e art. 121, § 2º, incisos I, III, IV e V, c/c art. 29 o segundo denunciado, todos dispositivos do Código Penal.

Nestas condições, requer, após o regular recebimento da presente, sejam os denunciados citados para responderem, sob pena de revelia, aos termos da acusação ora formulada, esperando seja a mesma admitida e submetido os acusados ao julgamento popular, com a conseqüente condenação nas sanções supra-indicadas."

O ilustre Des. Thiago Ribas Filho, Presidente do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, enviou as seguintes informações (fls. 136/137):

"O paciente foi condenado à pena de dezenove anos de reclusão, em virtude de ter matado Ludwig Auer, por motivo torpe, com emprego de meio cruel e mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima, tendo como objetivo assegurar a execução de outro crime, havendo a 4ª Câmara Criminal deste Tribunal confirmado a decisão proferida pelo II Tribunal do Júri da Capital.

O homicídio, sem qualquer conotação política, foi praticado na cidade do Rio de Janeiro e tanto o autor como a vítima eram cidadãos alemães, aplicando-se, assim, de maneira inafastável a lei penal brasileira, sendo a Justiça Estadual a competente para processar e julgar o autor do crime, segundo dispõe os artigos 5º e 6º do Código penal e artigo 69, inciso I, do Código de Processo Penal.

É absurda a argumentação de que a Justiça Federal é que teria tal competência, ante o disposto no artigo 109 da Constituição Federal, destacando-se que tal espécie de crime não é objeto de tratado ou convenção entre os governos Brasileiro e Alemão, até porque a extradição não seria possível pelo que reza o artigo 78 da Lei 6815/90.

Em referência a alegada deficiência de fundamentação da sentença quanto à fixação da pena base, observa-se que o Dr. Juiz de 1º Grau atentou para as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal e que quatro qualificadoras foram reconhecidas pelo Corpo de Jurados."

Concomitantemente, na Alemanha, os mesmos fatos também resultaram em ação penal por homicídio, acrescida da acusação pelo delito de tentativa de estelionato (assassinato seguido de tentativa de recebimento de seguro estipulado pela vítima em favor de um dos agentes).

Houve pedido de extradição, deferido apenas em parte, quanto à tentativa de estelionato, sendo indeferido no tocante ao crime de homicídio, cometido em território brasileiro (Extradição 579, RTJ 149(2):374 ago. 1994 (Questão de Ordem) e RTJ 155(1):34 jan. 1996). Entretanto,

diante das decisões da Justiça estrangeira, absolvendo o co-réu e revogando a prisão preventiva do paciente, o governo da República Federal de Alemanha requereu a desistência da extradição (DJU 12.08.94, p. 20.057).

Tramita no Ministério da Justiça inquérito para a expulsão do paciente.

Não têm qualquer fomento as sofismáticas alegações em torno da suposta violação das atribuições da Polícia Federal e usurpação da competência da Justiça Federal.

A circunstância de que certos atos preparatórios do delito de homicídio tiveram lugar em território alemão, onde também cometido o delito conexo, não revela, por si só, "infração de repercussão internacional" (CF, art. 144, § 1º, I). De qualquer forma, o fato de o inquérito ter sido presidido por esta ou aquela autoridade policial não lhe invalida a natureza de peça meramente informativa, destinada a fornecer elementos para a propositura da ação penal, sobre a qual não se projetam os eventuais vícios do procedimento investigatório.

Por outro lado, crime a distância não é o mesmo que crime previsto em tratado ou convenção internacional. No caso, não se trata de crime que o Brasil, mediante a assinatura de tratado ou convenção internacional, tenha se comprometido a reprimir, razão pela qual descabe invocar o art. 109, V, da Constituição Federal.

Finalmente, no que tange à alegação de vício na individualização da pena, penso que não está caracterizada a competência originária do Supremo Tribunal Federal. É que essa questão não chegou a ser submetida ao Tribunal de Justiça, já que a apelação teve fundamento apenas na letra d do inciso III do art. 593 do CPP.

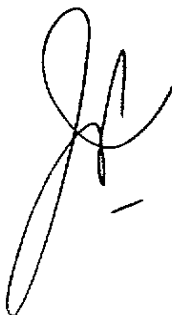
Entretanto, caso conhecido o pedido nessa parte, penso que cumpre dar razão aos impetrantes, porquanto a mera referência às circunstâncias do art. 59 do Código Penal, sem qualquer outra fundamentação, não serve para autorizar a imposição de pena acima do mínimo cominado: "a exigência da motivação da individualização da pena - hoje, garantia constitucional do condenado (CF, arts. 5, XLVI, e 93, IX) -, não se satisfaz com a existência na sentença de frases ou palavras quaisquer, a pretexto de cumpri-la: a fundamentação há de explicitar a sua base empírica e essa, de sua vez, há de guardar relação de pertinência, legalmente adequada, com a exasperação da sanção penal, que visou justificar" (HC 69.419-MS, rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJU 28.08.92, p. 13.455). Ademais, como foram quatro as qualificadoras admitidas pelos jurados (incisos I, III, IV e V), apenas



uma funcionou como tal, operando as outras três como agravantes, uma vez que as qualificadoras também estão previstas no art. 61 do Código Penal. Sendo assim, está evidenciada também a ofensa ao critério trifásico, tendo em vista que a sentença limitou-se a uma única operação para chegar ao quantum de dezenove anos de reclusão.

Isso posto, caso conhecida integralmente a ordem, opino pelo deferimento parcial para, sem prejuízo da decisão dos jurados e da custódia, anular a sentença do Juiz presidente, para que outra, devidamente motivada quanto à individualização da pena, seja proferida."

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'J' followed by a smaller 'P' and a horizontal line.

V O T O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - (Relator): Suscito preliminarmente a questão da competência do Supremo Tribunal para o conhecimento originário do pedido.

No HC 70.497, de que fui relator, em 25.8.93, o Plenário assentou, por unanimidade - RTJ 152/553:

"1. É da jurisprudência consolidada no STF que lhe compete conhecer originariamente do **habeas corpus**, se o Tribunal inferior, em recurso de defesa, manteve a condenação do paciente, ainda que sem decidir explicitamente dos fundamentos da subsequente impetração da ordem; na apelação do réu, salvo limitação explícita quando da interposição, toda a causa se devolve ao conhecimento do Tribunal competente, que não está adstrito às razões aventadas pelo recorrente.

2. Mas, quando o Tribunal de segundo grau só tenha julgado recurso da acusação ou recurso parcial da defesa, a simples eventualidade, não cogitada, de conceder **habeas corpus** de ofício por motivo de coação alheia ao âmbito de devolução do apelo julgado não lhe faz imputável o constrangimento alegado em posterior petição de **habeas corpus**: símile da questão com a da competência reconhecida ao Tribunal que haja indeferido revisão ou **habeas corpus** para conhecer originariamente da impetração subsequente com fundamentação diversa."

Sigo convencido da primeira proposição, não obstante algumas decisões esporádicas dos últimos anos, tendentes a introduzir, como pressuposto do **habeas corpus**, anteparo semelhante ao do prequestionamento no recurso extraordinário (v.g., HC 71 910, Ilmar Galvão, 6.12.94; HC 74.078, Ilmar Galvão, 18.2.97; HC 74.460, Ilmar Galvão, 10.12.96): a restrição, **data venia**, parece incompatível, de um lado, com a natureza do **habeas corpus** - instrumento de proteção da liberdade individual e, não, como os

01876020
03490750
00903000
01540380

recursos extraordinários - da autoridade e da uniformidade da inteligência da Constituição e da lei federal, mais que da justa solução do caso concreto.

Mas também a segunda proposição é de ser preservada: a que restringe o raio da coação omissiva do órgão judicial ao âmbito de cognição da causa correspondente à via processual pela qual dela conheceu.

Não se nega - observei, no referido HC 70.497 - que, mesmo ao julgar recurso parcial da defesa, possa o Tribunal deferir *habeas corpus* de ofício, se reputa patenteada nos autos alguma coação ou ameaça ilegais à liberdade pessoal do apelado ou de terceiro, ainda que estranhas à área temática do apelo.

O problema - continuei - está em saber se essa mera virtualidade de concessão do *habeas corpus* de ofício, fora do âmbito material de devolução do recurso para ele interposto, basta para que ao Tribunal de segundo grau - porque não tenha deferido o *habeas corpus* de ofício, nem cogitado de fazê-lo - se deva passar a imputar a responsabilidade pela coação, alegada em impetração posterior, embora seja ela originária de decisão de instância inferior.

O *distinguo* sugerido entre as duas situações figuradas, ao que saiba eu, não tem sido objeto de formulação explícita nos anais da Corte.

Creio, não obstante - redargüi - que ela está subentendida em mais de um tópico de nossa prática jurisprudencial.

É indiscutível que, independentemente do caso de deferimento de *habeas corpus* de ofício, no processo da revisão criminal, o Tribunal competente, por força da disposição expressa no



art. 626 C. Pr. Pen., pode deferi-la por fundamento ou com extensão diversa ou mais ampla do que o pedido: não obstante, o entendimento da Corte - ao menos, o da Primeira Turma -, se firmou no sentido de que, para o **habeas corpus** contra a decisão denegatória de revisão, a competência originária do STF se restringe ao objeto e aos fundamentos do pedido revisional indeferido (v.g., HC 69.090, 19.5.92, Galvão; HC 69.521, 25.8.92, Gallotti; HC 69.387, 29.9.92, Pertence; HC 69.631, 29.9.92, Pertence; HC 69.631, 29.9.92, Pertence, *Lex*, 171/380; HC 69.653, 3.11.92, Gallotti; HC 70.011, 6.4.93, Gallotti).

Igualmente, não se discute que, no processo de **habeas corpus** - precisamente em razão de seu poder de concedê-lo *ex officio* - o Tribunal de origem não está vinculado aos limites do pedido cu da causa de pedir.

Levadas às últimas conseqüências formais - acrescentei naquele voto - essa evidência conduziria - a exemplo do que sucede no caso do julgamento da apelação da defesa -, a que a denegação de um primeiro **habeas corpus** inibisse o Tribunal de conhecer de qualquer impetração ulterior em favor do mesmo paciente.

Não é, porém, o que se tem entendido: similarmente ao que também sucede na revisão, é pacífico que o indeferimento de um primeiro pedido de **habeas corpus** por um Tribunal, só por si, não desloca para o STF, ou para o STJ, a competência para conhecer originariamente das reiterações do pedido, desde que diverso o objeto ou fundamentos dele.

De resto - acentuei ao final - em matéria de **habeas corpus**, estou em que a restrição, que proponho, ao âmbito da nossa competência originária, serve melhor à inspiração básica do



instituto, que é a de remediar, com a maior rapidez e o menor custo possíveis, o constrangimento ilegal à liberdade.

Nessa mesma linha, que caberia chamar moderadamente restritiva, já decidira àquela época a Segunda Turma (v.g., HC 69.374, 13.10.92, Brossard, RTJ 148/732); e ao que me consta nela predominantemente persiste.

Nesta Turma, a orientação igualmente tem sido observada (v.g., HC 70.510, 5.10.93, Moreira, RTJ 150/830; HC 70.566, 9.11.93, Pertence, RTJ 153/96; HC 71.805, 8.11.94, Moreira).

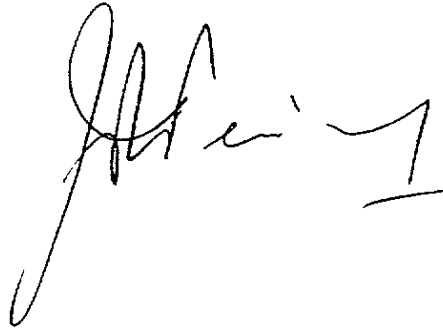
Ora, na hipótese cogitada nos precedentes, de apelação parcial da defesa, são de incluir-se não apenas aquelas em que o apelante expressamente restringe o alcance do seu recurso, mas também aquela das apelações contra as decisões do Tribunal do Júri, nas quais o recurso é restrito ao fundamento legal - dentre as quatro alíneas do art. 593, III, C. Pr. Pen. - indicado na interposição ou, na falta de indicação expressa, ao versado nas razões (v.g., RE 80.423, 15.8.75, Moreira, RTJ 75/243; HC 54.717, 1º.3.77, Bilac, RTJ 81/48; HC 66.649, 6.12.88, Moreira, RTJ 127/929; HC 68.109, 26.3.91, C. Mello, RTJ 136/606; HC 68.854, 17.12.91, C. Borja, RTJ 140/138).

Por isso, pelo menos duas vezes, a Turma negou a competência do Tribunal para conhecer originariamente do **habeas corpus** que suscitava, a respeito de decisão do júri, questão não compreendida na esfera de devolução da apelação desprovida pelo Tribunal de Justiça: a primeira, no HC 71.456, 8.11.94, Galvão, Lex 201/291; a segunda, no HC 74.067, 13.8.96, Gallotti, Informativo STF 40.



Na linha desses últimos precedentes, específicos, também na espécie, a coação - situada na omissão de declarar a incompetência da Justiça do Estado - não pode ser imputada ao Tribunal de Justiça - cuja cognição do caso adstringiu-se à afirmação de ser o veredicto manifestamente contrário à prova dos autos (C. Pr. Pen., art. 593, III, d), fundamento exclusivo da apelação.

Não conheço, pois, do pedido e declino da competência para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ao qual se remeterão os autos: é o meu voto.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS N. 75090-7

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE

PACTE. : GASTON CABANIS OU GASTON CANABIS

IMPTE. : SERGIO RICARDO FERREIRA MARTINS E OUTRO

COATOR : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: A Turma não conheceu do pedido de **habeas corpus**, determinando a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Unânime. 1ª. Turma, 10.06.97.

01876020
03490750
00904000
00000460

Presidência do Senhor Ministro Moreira Alves.
Presentes à Sessão os Senhores Ministros Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Sepúlveda Pertence e Ilmar Galvão.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Natal Batista.

Ricardo Dias Duarte
Secretário